

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P. O. Box 3243, Tel.: +251-11-5517700 Cable: +251-11-5517844 AU, Addis Ababa, ETHIOPIA
Website: www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
11ª Sessão Ordinária
25 – 29 de Junho de 2007

ACRA – GANA

EX.CL/344 (XI)

ANÁLISE DO RELATÓRIO DE PERITOS SOBRE A PADRONIZAÇÃO
NO SECTOR DA INDÚSTRIA, ORGANIZADO CONJUNTAMENTE PELA
CUA E A ONUDI
TUNES, TUNÍSIA, DE 22 A 24 DE FEVEREIRO DE 2007

**NOTA DE APRESENTAÇÃO SOBRE A REUNIÃO DO GRUPO DE PERITOS
RELATIVA À AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS PARA O
DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO SUSTENTÁVEL EM ÁFRICA**

1. No âmbito dos preparativos para a Cimeira de Janeiro de 2008, sobre a Industrialização, a ser precedida por uma Sessão Extraordinária da Conferência dos Ministros da Indústria (CAMI) agendada para Setembro de 2007, a Comissão organizou uma reunião conjunta com a ONUDI e o Grupo de Peritos sobre a avaliação do cumprimento das Normas para o Desenvolvimento do Comércio Sustentável em África, de 22 a 24 de Fevereiro de 2007, em Tunes.
2. Esta actividade está em harmonia com as recomendações da 17ª Reunião da CAMI, tida lugar no Cairo, em 2006, que apelou para a consolidação da Infraestrutura Africana de Avaliação do Cumprimento dos padrões ou Normas. Participaram no evento funcionários dos Estados Membros e CERs. A Mesa Redonda Africana de Negócios (ABR), e Órgãos técnicos, designadamente a Organização Regional Africana de standardização (ARSO), o Fórum Internacional de Acreditação (IAF), a Cooperação Internacional de Laboratórios de Acreditação (ILAC), o Bureau dos Sistemas de Pesos e Medidas (BIPM), a Organização Internacional de Standardização (ISO) e a Comissão Internacional de Electrotécnica (IEC). Marcaram também presença agências europeias de doadores.
3. A reunião passou em revista as potencialidades de África no comércio mundial e a sua incapacidade de aproveitamento das oportunidades do mercado que se deve a falta de valor acrescentado e dificuldades no cumprimento dos procedimentos de avaliação das normas ou padrões internacionais. Ela analisou o inquérito levado a cabo pela ONUDI com a finalidade de identificar lacunas específicas de normas (padrões), da metrologia, ensaios, certificação e acreditação em África. explorou também as possibilidades influentes com organizações técnicas e doadores internacionais. Foi sublinhada a importância da construção de infra-estruturas de qualidade e a actualização das indústrias, com vista a produzirem produtos de qualidade para o futuro desenvolvimento industrial em África e para fins de acesso aos mercados. Na realidade, o programa tunisino de melhoria do desempenho industrial através da qualidade, deu bons resultados, como se pode constatar pelo grande número de indústrias que foram certificadas.
4. A Comissão lançou um apelo para acção, enfatizando uma abordagem regional para o estabelecimento de infraestruturas de qualidade, uma vez que criam economias de escala e acumulam recursos em falta, ao mesmo tempo que evitam a criação de órgãos nacionais que podem não ter um número satisfatório de utentes para justificar uma operação económica ou de baixo custo. Porém, os quadros institucionais e jurídico no seio do grupo de países que integram a região deverão ser objecto de avaliação e, se necessário harmonizados. Além disso, e de uma modo geral, uma

abordagem regional de infraestruturas de qualidade, estimula o aumento das trocas comerciais entre os membros , uma vez que a maioria das barreiras técnicas são, por definição, eliminadas ou minimizadas.

5. Se os países africanos tiverem que participar no comércio internacional para o alcance de um alto crescimento económico de forma consistente, e assim livrar-se do circo da pobreza, devem-se envidar esforços para a edificação de uma infra-estrutura razoável e de qualidade em todo o Continente, para apoiar a indústria. Desta feita, a reunião formulou algumas recomendações para acção pela UA e a ONUDI, pelos Estados Membros e as CERs e por organizações de doadores.

REUNIÃO DO GRUPO DE PERITOS DA UA-ONUDI**22 - 24 DE FEVEREIRO DE 2007, TUNES, TUNÍSIA****“Avaliação do Cumprimento das Normas para o Desenvolvimento do Comércio Sustentável em África”****Constatações e Recomendações-chave****Introdução**

1. Organizada conjuntamente pela UA/ONUDI, a Reunião do Grupo de Peritos teve lugar de 22 a 24 de Fevereiro de 2007, em Tunes, Tunísia, sobre o tema “O Cumprimento das Normas para o Desenvolvimento do Comércio Sustentável em África”.

Cerimónia de Abertura

2. O Ministro da Indústria, Energia e MPE da Tunísia, S. Exc^a o Sr. Chelbi declarou aberta a reunião, tendo desejado boas vindas a todos os participantes e exprimindo o seu apreço por a Tunísia ter acolhido o evento. Ele sublinhou a importância do futuro desenvolvimento da indústria em África dentre os tópicos a serem discutidos tendo acrescentado que há muito tempo, a Tunísia estava engajada num programa visando a melhorar o desempenho industrial através da qualidade. Isso tem sido um sucesso, uma vez que foi provado pelo número significativo de indústrias que foram certificados

3. Na sua intervenção, a Comissária do Comércio e Indústria da UA, a Sr^a Tankeu, disse que a reunião foi oportuna na sequência do reatamento da Ronda de Negociações de Doha, constituindo assim um bom sinal para os países em desenvolvimento. Essas negociações deviam ter um impacto sobre a agenda de desenvolvimento de Doha, que representa a expectativa de melhoria dos padrões de vida e a redução da pobreza absoluta em muitos países em desenvolvimento. Ela agradeceu o Ministro pelo acolhimento da reunião e a excelente hospitalidade.

4. O Director-geral da ONUDI, o Sr. Yumkella, concluiu a cerimónia de abertura sublinhando as realizações da Tunísia na construção de infraestruturas de qualidade e a melhoria das indústrias, visando produzir bens ou artigos de qualidade. Disse que a assistência da ONUDI à Tunísia tinha dado resultados que ambas as partes, consideravam de excelentes. O Governo Tunisino devia ser felicitado pela liderança demonstrada nesse empreendimento, e manifestou-se esperançado de que outros países africanos poderiam também seguir o bom exemplo da Tunísia, no domínio da qualidade. Ele agradeceu igualmente o Ministro pelo acolhimento da reunião e

convidou os participantes a visitarem algumas instituições técnicas de modo a confirmarem as realizações.

Participação

5. A presença e a contribuição das seguintes organizações que foram dignas de apreço: Representantes das Seguintes Instituições Sub-regionais: Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC); Comunidade da África Oriental (EAC), Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC), Mesa Redonda Africana de Negócios (ABR) e a União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA).

Órgãos técnicos: Fórum Internacional de Acreditação (FIA), Cooperação Internacional de Laboratórios de Acreditação (CIAL), Bureau Internacional dos Sistemas de Pesos e Medidas (BIPM), Organização Internacional de Estandardização (ISO), Comissão Electrónica de Internacional (CIE) e Organização Africana de Estandardização (ARSO)

Agências Doadoras: União Europeia-AIDCO, Agence Française de Developpment (AFD) Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (NORAD).

6. Durante as apresentações técnicas subsequentes, vários oradores congratularam-se com a iniciativa tomada pela Comissão da União Africana (CUA) e a ONUDI, visando organizar a reunião do Grupo de Peritos (RGP), com vista a abordar as questões de avaliação do cumprimento das Normas.

7. O Debate em painel sobre as questões de sustentabilidade proporcionou uma excelente oportunidade para os representantes em torno de organizações técnicas e doadores-chave. Além disso, as apresentações feitas por vários oradores levantaram muitas questões sobre os desafios enfrentados pelos países individualmente, aos níveis nacional, sub-regional, regional e internacional no que diz respeito à avaliação do cumprimento de padrões ou normas. As constatações-chave e recomendações do RGP (Reunião do Grupo de Peritos) estão reflectidos, nas seguintes secções:

1. Constatações-chave:

8. A reunião tomou nota do seguinte:

- A produção e o comércio são indispensáveis para o alcance da geração de receitas, a criação de postos de trabalho, o crescimento económico sustentável e, em geral, o alívio da pobreza em África;
- O volume de exportações é muito baixo, especialmente para produtos manufacturados; e o valor acrescentado é igualmente baixo;

- Os países africanos não têm a capacidade de explorar as oportunidades existentes em termos de Acordos de comércio preferencial e nos mercados globais em geral, devido a fraca capacidade de produção e comercialização, a falta de valor acrescentado, as dificuldades no cumprimento das normas internacionais e os procedimentos de avaliação do cumprimento e os problemas associados com a sua integração no sistema de comércio multilateral;
- Poucos são os países africanos que têm elementos de infra-estruturas de avaliação do cumprimento exigido pelos acordos sobre a TBT e SPS e, ali onde essas estruturas existem, os serviços geralmente não são reconhecidos internacionalmente;
- Os domínios da standardização, acreditação, metrologia e avaliação do cumprimento (isto é, ensaios, inspecção, certificação) fazem todos parte de uma infra-estrutura de qualidade (IQ), podendo essa última, apenas funcionar adequadamente quando todas essas áreas ou domínios forem tidas em consideração; isso não significa que cada país deve ter instituições em todas as áreas ora mencionadas, mas sim o acesso a todos os serviços;
- O nível de desenvolvimento das IQ (Infraestruturas de Qualidade) em África é um tanto ou quanto baixo, porque alguns países não têm a totalidade dos elementos que constituem uma IQ adequada;
- Constata-se uma falta generalizada de laboratórios de ensaios ou calibração acreditados, que são reconhecidos internacionalmente. Isso debilita sucessivamente todas as restantes áreas de avaliação do cumprimento, tais como a certificação ou inspecção, que depende do ensaio ou calibração.
- A infra-estrutura metrológica também é débil, colocando assim em risco a segurança das medições, sem as quais uma actividade de avaliação do cumprimento pode ser considerada válida;
- Dentre os órgãos nacionais de Normas ou Padrões existentes, poucos são os que se engajam no desenvolvimento de padrões para produtos visados à exportação. Os operadores económicos têm dificuldades de acesso à informação, sobre os regulamentos normativos e técnicos;
- Em muitos países existem poucas firmas/consultores privados competentes que podem prestar assistência a empresas na introdução de sistemas de gestão de qualidade;

- Grande parte das inadequações identificadas existem em muitos países, embora em diferentes níveis de severidade;
- Vários são os países africanos que não participam inteiramente no trabalho de organizações técnicas internacionais, nomeadamente, o Bureau Internacional dos Sistemas de Pesos e Medidas (BIPM), o Fórum Internacional de Acreditação (FIA), Cooperação Internacional de Laboratórios de Acreditação (CIAL), a Organização Internacional de Estandardização (ISO), a Comissão Electrónica Internacional (CIE). O conjunto dos países africanos membros tanto da Comissão da Codex Alimentarius, como a Convenção Internacional de Protecção Vegetal (IPPC) é grande, sinal de que tem havido adequada participação ;
- Os respectivos papéis do governo e o sector privado no domínio da avaliação de Normas e cumprimento devem ser definidos com rigor, porque poderá haver conflitos de interesse, nos casos em que o próprio governo constitui o órgão de padronização, e também um produtor através de empresas estatais;
- Deve-se fazer a distinção das IQ com perfil comercial, e que são auto-sustentadas de outras instituições que precisam do financiamento do governo, uma vez que eles não podem auto-sustentar-se. Os domínios como a metrologia, a padronização, a inspecção e a acreditação assemelham-se a última, enquanto que a certificação tem um perfil mais bem comercial. Isso permite uma melhor afectação de recursos entre as várias instituições da ID, ao mesmo tempo que a IQ nacional ou regional está a ser concedida e edificada neste sentido;
- Uma abordagem regional para o estabelecimento de infraestruturas de qualidade (IQ) é atractiva, visto que ela dá lugar a economia de escala e acumula recursos em falta, ao mesmo tempo que evita a criação de órgãos nacionais que podem não ter o volume suficiente de utentes para justificar a operação económica ou de custos baixos; porém, os quadros institucionais e jurídico no grupo dos países que integram a região, deverão ser objecto de avaliação e, se necessário, harmonizados;
- Uma abordagem regional das IQ, geralmente dá também lugar ao aumento de trocas comerciais entre os membros, uma vez que a maior parte das barreiras, são por definição, eliminadas ou minimizadas;
- Vários são os grupos sub-regionais de integração económica em África, que reconheceram que carecem de infraestruturas de qualidade apropriadas e formularam ou desejam formular programas visados a corrigir essas deficiências, a saber: a Comunidade da África Oriental

(CEA), a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), a Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC), a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a União do Magrebe Árabe (UMA);

- A existência de órgãos de avaliação do cumprimento não tem valor sem o reconhecimento a nível internacional, através de processos de acreditação; existe portanto, a necessidade de ligação dos sistemas de IQ com os Sistemas internacionais de reconhecimento multilateral, que são operados pela ILAC e a IAF, enquanto é assegurado que a base para todas as avaliações do cumprimento são padrões IEC/ISO internacionais;
- Os custos para a construção de Instituições de IQ nos vários campos são bastante altos, mesmo ao mais alto nível não for sempre atingido. Isso quer dizer que a mobilização de fundos é importante para a implementação de projectos nesta área;
- Dentre os critérios importantes utilizados pelas organizações doadoras para o financiamento de projectos de assistência, figuram os seguintes: compromisso político da parte dos governos/organizações regionais beneficiárias, o envolvimento de todos os intervenientes (incluindo o sector privado) na execução e coordenação, a garantia pelos beneficiários da sustentabilidade e governação, a capacidade técnica e a experiência de organizações executoras;
- A presença de representantes das seguintes organizações doadoras, nomeadamente a EU, a AFD e a NORAD foi apreciada, assim como a assistência que sempre prestaram em África. Os participantes reconheceram também o apoio proporcionado por outras organizações doadores que não se fizeram representar na reunião. Os recursos colocados à disposição dos países africanos produziram alguns casos de sucessos interessantes, como por exemplo, na Tunísia, Egipto, Argélia e UEMOA;
- Um dos pontos mais fortes das várias sub-regiões da África é de que a maioria delas têm um ou mais países que estão suficientemente avançados no domínio das IQ, para a provisão de liderança, aos restantes países membros.

Recomendações

9. A reunião recomendou o seguinte:

Para a UA e a ONUDI:

- O relatório do Inquérito da ONUDI que cobre uma abordagem abrangente e holística de avaliação das capacidades das IQ em África, deverá ser utilizado como um documento de base, tanto pela CUA como pela ONUDI, para que sejam determinadas as necessidades prementes dos países africanos, com vista a garantir programas regionais de assistência visadas à construção/consolidação das IQ na região, outros estudos, como por exemplo, os que foram realizadas pela ISO e a OMC, podem também ser utilizados como complementos das constatações do inquérito da ONUDI;
- Se os países africanos tiverem que participar no comércio internacional com vista a impulsionar consistentemente o crescimento económico mais alto e assim ultrapassar o ciclo da pobreza, deverão ser envidados esforços objectivos para a construção de uma infra-estrutura de qualidade e segura em todo o Continente, para sustentar a indústria;
- Ao nível de África é necessária uma acção coordenada e urgente, para a construção de IQ, visto que as instituições técnicas envolvidas na avaliação de padrões e cumprimentos poderão levar muitos anos a melhorar as suas habilidades, o equipamento e os conhecimentos, especializados; os países devem construir com base nas IQ aos níveis nacional, sub-regional e regional, e assegurar que um órgão de coordenação geral proporcione o ímpeto e a orientação;
- À luz da inadequação da situação concernente às IQ em África, a Estratégia Política e o Plano de Acção Regionais deverão ser estabelecidos o mais cedo possível, sob a liderança da CUA, que está em posição de prestar o apoio político necessário para convencer os Estados Membros a acederem: cada sub-região ou país continuará a formular e executar o seu próprio Plano de Acção, de acordo com as suas necessidades imediatas, enquanto asseguram que os Planos de acção estão em harmonia com a abordagem regional;
- Em conformidade com as recomendações do Grupo de Trabalho da 17ª Reunião da CAMI, em 2006, no Cairo, segundo as quais “a consolidação da Infraestrutura Africana de avaliação de normas e o cumprimento, deve basear-se na experiência reconhecida da ONUDI em África (por exemplo, o programa de Qualidade da UEMOA)”, a ONUDI deverá ser

designada como o parceiro técnico principal da CUA. Por outro lado, e de acordo com a recomendação da CAMI, a ONUDI vai aproveitar a contribuição das outras agências técnicas como a ARSO, ISO, IEC, a Comissão da Codex Alimentarius, a ILAC; IAF, BIDM; e OIM por forma a fornecer um pacote integrado de assistência técnica para a CUA, ao nível da região e dos países individuais;

- O último ponto acima está reflectido no quadro do Acordo assinado entre UA e a ONUDI, em Junho de 2006, onde foram identificadas 12 áreas de cooperação, incluindo a capacitação no domínio comercial, para a execução com a assistência técnica da última;
- A cooperação técnica deverá ser com base em factores necessários de sustentabilidade e boa governação, tanto da parte das organizações regionais/sub-regionais como dos países individuais.

Para os países e Organizações sub-regionais:

- Órgãos técnicos regionais como a ARSO e outros órgãos emergentes que gozam de um mandato regional, deverão participar na supervisão técnica em cada um dos vários campos da IQ, e servir também de elo de ligação principal das Instituições da IQ na implementação do Plano de Acção Regional;
- Os países são encorajados a fazer uso dos padrões internacionais da ISO/IEC na avaliação do cumprimento, bem como das directrizes de outras organizações internacionais reconhecidas, tais como o BIPM, OIML, ILAC e a IAF, com vista a assegurar o reconhecimento internacional de todas as actividades de ensaios, calibração, certificação e inspecção através do processo de acreditação e acordos de reconhecimento multilaterais;
- Para que os sistemas de IQ operem com sucesso, todos os intervenientes, particularmente o sector privado, as associações de consumidores, o governo, as associações de profissionais sectoriais, etc, deverão ser persuadidas a participar plenamente na sua actividade ou operação;
- A abordagem regional sugerida pela ONUDI para a criação de órgãos de acreditação é promissora, e a sua viabilidade deve ser investigada sistematicamente para cada sub-região que pretende edificar o seu sistema de acreditação e metrologia, essa abordagem fora executada com sucesso nos termos do Programa de Qualidade da UEMOA; pois

deve-se também indicar que foi criada uma estrutura de acreditação regional na SADC, com assistência da NORAD;

- As questões técnicas relacionadas com a IA deverão ser integradas nas estruturas deliberativas nacionais, sub-regionais e regionais, de forma mais abrangente; importa frisar que nos termos do Programa de Qualidade da UEMOA executado pela ONUDI, foi adoptado um regulamento sub-regional obrigatório, que é um dos instrumentos jurídicos do mais alto nível da UEMOA, para a harmonização de todas as questões relacionadas com a IQ nos Estados Membros e ao nível da Comissão da UEMOA. Esses instrumentos jurídicos conduzem a uma obrigação da harmonização de facto entre os membros que, no entanto, devem ser funcionais;
- Actividades de consciencialização e formação devem ser levadas a cabo em grande escala aos níveis sub-regional e do país; de modo a desenvolver capacidades e construir a massa crítica de consultores capazes de orientar acerca da qualidade, a produtividade e a concorrência; dever-se-á também garantir um melhor acesso à informação, ao nível das instituições de IQ;
- Os países africanos são encorajados a estabelecer unidades de monitorização no seio das instituições apropriadas, para poderem acompanhar as mudanças dos requisitos e padrões dos compradores, tais como a recuperabilidade.

Para as Organizações de Doadores:

- As organizações de doadores são convidadas a actuar com base em casos de sucesso que tiveram lugar até o presente em África, e considerar mais constatações por forma a manter a dinâmica que está a tomar forma na sequência dessa RGP (Reunião do Grupo de Peritos).

Adoptada pelos participantes da RGP da UA-ONUDI, em 23 de Fevereiro de 2007.

2007

Report of Experts on standardization in the Industry Sector organized jointly by The AUC and UNIDO In Tunis, Tunisia, from 22 To 24 february 2007

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4462>

Downloaded from African Union Common Repository